

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT

### ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP/CODEFAT

**DATA:** 16 de março de 1999

**LOCAL:** Sala de Reuniões da SPES, 2º Andar do MTE

**PARTICIPANTES:** Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária-Executiva do CODEFAT e Coordenadora do GAP/CODEFAT; Rodolfo Péres Torelly, Representante Titular do MTE; Rui Lyrio Modenesi, Representante Titular do BNDES; Ricardo Dinarte Sandi, Representante Titular do MPAS; Dagmar Maria Sant'Anna Martins, Representante Titular da CNC; Simone Saisse Lopes, Representante Titular da CNI; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT; Luíz Fernando de Souza Emediato, Representante Titular da Força Sindical; Bernardo Gouthier Macedo, Representante Titular da CUT.

A Secretária-Executiva e Coordenadora do Grupo de Apoio Permanente ao CODEFAT, Sra. Maria Elizabeth Santiago Contreiras, cumprimentou os presentes e iniciou a Sexagésima Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT. **Item 01 – Aprovação das Atas da 58ª Reunião Ordinária, realizadas em 20 de agosto de 1998 e 2 de setembro de 1998, respectivamente.** A Secretária-Executiva informou que as referidas Atas seriam distribuídas, solicitando aos Membros do GAP que, em percebendo a necessidade de alguma alteração, comunicassem à Secretaria Executiva do CODEFAT. Caso não houvesse nenhuma manifestação, as Atas seriam consideradas aprovadas. **Item 02 – Análise das demandas oriundas das Instituições Financeiras Oficiais Federais, existentes na Secretaria Executiva do CODEFAT, de médio e longo prazos, para execução de Programa de Geração de Emprego e Renda, com recursos do FAT.** A Secretária-Executiva convidou o Coordenador-Geral de Orçamento e Administração Financeiro do FAT, Sr. Manuel Eugênio de Oliveira e a Coordenadora-Geral de Emprego, Sra. Beatrice Valle, para descreverem as demandas. A Coordenadora-Geral de Emprego apresentou um resumo das demandas de solicitações de recursos, sendo: 1 – Solicitação do BNB, para execução do PROTRABALHO II, que previa a aplicação de recursos da ordem de seiscentos milhões de reais, alocados, principalmente, nos dez pólos de desenvolvimentos integrado e nos sub-setores (rurais, agro-industriais, saneamento básico, reciclagem de lixo e setor turismo), objetivando a continuidade dos projetos previstos no Plano de Trabalho do PROTRABALHO I; informou, ainda, que o Banco exauriram-se em outubro do ano anterior, mantendo as mesmas taxas, condições e prazos; 2 – Solicitação do BNDES, para a execução do PROEMPREGO II, que teria a mesma distribuição do PROEMPREGO I (três bilhões e quinhentos milhões de reais do FAT, dois bilhões e quinhentos milhões de reais do BNDES e três bilhões de reais de contrapartida dos mutuários), contando

com uma alteração nas áreas de atuação, sendo incluídos setores exportadores. Explicou que os recursos do FAT seriam aplicados em dois subprogramas, Melhoria de Qualidade de Vida do Trabalhador e Expansão do Emprego. 3 – Solicitação da FINEP, que previa a alocação de recursos da ordem de quinhentos milhões de reais, em duas tranches: a primeira de duzentos milhões de reais e a Segunda de trezentos milhões de reais, sendo o prazo de aplicação de cinco anos para os mesmos setores apresentados no primeiro convênio firmado com a referida Instituição – Gestão Empresarial, PROEDUC, Condições de Trabalho e, a inclusão de “Internacionalização de Empresas”. E, concluindo, 4 – Solicitação do BNDES, de cento e cinquenta milhões de reais, para a aplicação do PRONAF Investimento. A seguir, a Secretária-Executiva passou a palavra aos Representantes das Instituições Financeiras para uma breve explanação dos referidos Projetos. O assunto foi amplamente debatido pelos membros do Grupo e sugerido pelo Representante Titular da CGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, que o BNDES estudasse a possibilidade de instituir o mesmo mecanismo de avaliação de projetos financiados com recursos do FAT, adotado pela FINEP. O Representante Titular da Força Sindical, Sr. Luis Fernando de Souza Emediato, reforçando a colocação do Representante da CGT, enfatizou que levaria ao CODEFAT proposta objetiva de que fosse verificado, junto à Secretaria Executiva, qual Ato determinou que a FINEP se submetesse a uma comissão, constituída de representante do Colegiado, qual a sistemática de avaliação dos programas especiais com recursos do FAT, para que a mesma fosse adotada para todos os agentes financeiros. Solicitou, ainda, que o BNDES encaminhasse o detalhamento dos recursos para cada subprograma, e que se incluísse no Subprograma Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, junto com as ações na área de Transporte Coletivo de Massa, o de Carga. Em seguida, foi solicitado aos Representantes das Instituições Financeiras que se retirassem para que o Grupo discutisse a questão interna dos recursos do FAT. Foi entregue um quadro dos recursos a serem liberados em depósitos especiais, tendo sido alterado pela Secretária-Executiva que o PROGER era uma aplicação financeira, e que as instituições sabiam que a qualquer momento, caso necessário, os recursos teriam que retornar imediatamente, devendo os Bancos demonstrar condições para suportar tal fato. Solicitou ao Coordenador-Geral de Orçamento e Administração Financeira do FAT que esclarecesse sobre as disponibilidades de recursos frente àquelas demandas e que a Coordenadora-Geral de Emprego fizesse ponderações em relação ao que se poderia compor em termos de recursos solicitados. Após os esclarecimentos o Representante da CGT propôs o seguinte fechamento: 1º - que o Banco do Nordeste e o BNDES instituíssem o mesmo critério existente na FINEP para avaliação de projetos, com a participação de representantes do CODEFAT; 2º - que adotassem para o Banco do Nordeste no

PROTRABALHO II, o mesmo valor de recursos do ano anterior, na ordem de R\$ 300 milhões em duas parcelas, mediante avaliação, seriam duas de R\$ 150 milhões para o presente exercício; 3º - sugeriu R\$ 400 milhões para a FINEP; e, 4º - quanto ao BNDES, deveria estar condicionado às avaliações. A Secretária-Executiva concluiu, esclarecendo que o cronograma de desembolso do FAT para o BNDES precisava ser adequado ao fluxo de caixa ao longo do exercício, ou seja, necessitava de uma adequação da entrada de recursos para o FAT à saída de recursos para o BNDES. **Item 3 – Análise das demandas de recursos para Parceiras Nacionais e Regionais, inerentes à Qualificação Profissional e à SPES (CGT e Força Sindical)** – retirado de pauta. **Item 04 – Cronograma de reuniões do GAP/CODEFAT.** O Representante da CGT sugeriu que o calendário de reuniões do GAP estivesse vinculado às ações do CODEFAT. Todos concordaram. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a Secretária-Executiva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária-Executiva e Coordenadora do Grupo e Apoio ao CODEFAT, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelos demais membros do Colegiado e por mim.

MARIA ELIZABETH SANTIAGO CONTREIRAS  
Secretária-Executiva e Coordenadora do GAP/CODEFAT

RODOLFO PÉRES TORELLY  
Representante Titular do MTE

RICARDO DINARTE SANDI  
Representante Titular do MPAS

RUI LYRIO MODENESI  
Representante Titular do BNDES

SIMONE SAISSE LOPES  
Representante Titular da CNI

DAGMAR MARIA SANT'ANNA MARTINS  
Representante Titular da CNC

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Representante Titular da CGT

BERNARDO GOUTHIER MACEDO  
Representante Titular da CUT

LUIS FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO  
Representante Titular da Força Sindical